



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

MANHÃ

## OFICIAL DE JUSTIÇA

PROVA ESCRITA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 4 – AZUL



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



### TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Será realizada coleta digital dos candidatos, em qualquer etapa, a critério da Comissão Especial Coordenadora do Concurso Público
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## Língua Portuguesa

1

O texto machadiano abaixo que NÃO mostra uma quebra de paralelismo semântico é:

- (A) Minha mãe era uma senhora fraca; temente às trovoadas e ao marido;
- (B) O Vilaça levava nos olhos umas chispas de vinho e de volúpia;
- (C) Viviam do amor e da bolsa do pai, inesgotáveis ambos;
- (D) Vivia de lembranças e saudades por todo o ano;
- (E) Marcela amou-me durante quinze dias e onze contos de réis.

2

O conhecido escritor Umberto Eco escreveu:

“O vestuário fala. Fala o fato de eu me apresentar no escritório de manhã com uma gravata normal de riscas, fala o fato de a substituir inesperadamente por uma gravata psicodélica, fala o fato de ir à reunião do conselho de administração sem gravata”.

Sobre a significação ou estruturação desse pequeno texto, a afirmação INCORRETA é:

- (A) ao dizer que “os olhos são a janela da alma”, Machado de Assis mostra a mesma possibilidade de o ser humano comunicar-se com algo além de linguagem;
- (B) o vestuário é uma perfeita metáfora para a linguagem, pois, como esta, mostra grande número de elementos (que se combinam), intencionalidade no uso, possibilidade de erro ao não respeitar a norma e possibilidade de uso estético dos componentes;
- (C) o uso de uma gravata de riscas e o de uma gravata psicodélica mostra uma oposição na disposição interior do usuário;
- (D) a substituição de uma gravata por outra corresponde, na linguagem, à possibilidade de troca de vocábulos, com mudança de sentido;
- (E) estar “sem gravata” corresponde linguisticamente à elipse de um termo desnecessário, sem interferência semântica.

3

Observe o seguinte texto publicitário:

“Miramar. Estilo, conforto e personalidade. Cada detalhe do Miramar tende a satisfazer seu desejo de bem-estar. Instale-se e desfrute das vantagens de um hóspede de classe. Miramar oferece a seus olhos o espetáculo de elegância da linha do respeito à tradição Miramar. Materiais nobres, interiores aconchegantes, ambiente sonoro excepcional, riqueza de equipamentos digna de um automóvel decididamente inovador”.

A estruturação desse texto mostra:

- (A) uma tentativa de união de valores modernos e tradicionais;
- (B) uma quebra de expectativa do produto anunciado;
- (C) uma supervalorização econômica do produto;
- (D) um direcionamento da publicidade para a classe média;
- (E) uma desvalorização de produtos semelhantes.

4

Observe o texto descritivo a seguir.

“Em uma rua que desembocava na praça viu uma igreja românica com um claustro exterior. Estava pintada de amarelo; o pórtico tinha a seus lados duas imagens bizantinas.

O interior da igreja estava remexido com uma falta de critério e uma ignorância repulsivas.

Molduras de todas as classes, axadrezadas e triangulares; filigranas dos capitéis, gregas e adornos haviam sido cobertas por uma grossa camada de gesso”.

Sobre a estruturação desse texto, é correto afirmar que:

- (A) o observador e as realidades descritas estão estáticos, não indicando qualquer movimento;
- (B) o observador é do tipo culto, informando com precisão ao leitor dados técnicos dos objetos descritos;
- (C) o observador sofre limitações físicas de distanciamento e de luminosidade na tarefa de descrever os objetos da igreja;
- (D) o observador mostra-se imparcial no julgamento da cena descrita em seu texto;
- (E) os adjetivos “românica”, “exterior”, “amarelo” e “bizantinas” mostram o valor de caracterização, limitando-se a percepções dos sentidos do observador.

5

Nas frases abaixo temos o emprego de palavras ou expressões consideradas sexistas e, por isso, desaconselhadas, pelo menos para alguns. Em todos os exemplos abaixo foram propostas modificações para evitar-se o problema.

A frase em que a proposta NÃO está adequada é:

- (A) o corpo do homem / o corpo humano;
- (B) os chilenos / os chilenos e as chilenas;
- (C) as mulheres da limpeza / o pessoal da limpeza;
- (D) os casais do bairro / os homens e as mulheres do bairro;
- (E) o homem da rua / as pessoas comuns.

6

A frase na qual o enunciador está formalmente AUSENTE é:

- (A) Ah! Você cantava no verão, pois agora dance!
- (B) A notícia chegou a nossa casa ao meio-dia.
- (C) Puxa! Quando retornarão esses momentos agradáveis?
- (D) O sol nunca está tão belo quanto no dia de partirmos.
- (E) Gostaria de mostrar meu valor aos meus semelhantes.

**7**

O nosso gramático mais conhecido, Evanildo Bechara, declarou o seguinte:

“A linguagem tem variações regionais, sociais e de estilo. Mas a língua de cultura se sobreleva e possibilita a unidade nacional do idioma”.

Segundo esse fragmento textual, a língua escrita (língua de cultura) deve ser defendida por sua função de:

- (A) superar o tempo e o espaço, pois uma obra escrita há séculos, em Portugal, por exemplo, pode ser lida e compreendida ainda hoje;
- (B) armazenar informações, disponibilizando os conhecimentos para futuras gerações;
- (C) mostrar características sociais, políticas e culturais que podem estabelecer a identidade nacional de um país;
- (D) poder produzir obras de qualidade artística, que trazem orgulho aos habitantes de um país;
- (E) produzir conhecimentos novos por meio de seu próprio exercício, coisa que a língua falada não pode fazer.

**8**

Observe o seguinte texto:

“O Opel Twin é um carro protótipo desenhado com a finalidade de reduzir o consumo de combustível e a emissão de dióxido de carbono para a atmosfera. O objetivo, em números: um veículo que não consuma mais de 3,5 litros de combustível por cada 100 quilômetros. Para isso, a Companhia Opel criou um novo conceito de carroceria e tração que permite instalar indistintamente um motor de gasolina ou de propulsão elétrica. É um sistema modular: o motor, a transmissão e o eixo traseiro conformam uma só unidade que pode ser retirada ou substituída para melhor adequar-se às necessidades”.

No caso desse texto argumentativo, as ideias apresentadas são apoiadas por meio de:

- (A) exemplos, já que eles representam um caso específico ou concreto de uma afirmação geral;
- (B) descrições, mostrando um ponto de vista ou a perspectiva de quem descreve;
- (C) experiências pessoais, mostrando conhecimentos vividos e não aprendidos externamente;
- (D) dados, já que os dados são fatos cuja autenticidade pode ser provada com facilidade;
- (E) testemunhos alheios, que possuem autoridade no tema abordado.

**9**

O emprego do gerúndio na língua escrita é bastante problemático.

A frase abaixo em que o emprego do gerúndio é criticável é:

- (A) O político saudava a todos os presentes, sorrindo;
- (B) Eu me canso muito dirigindo o caminhão;
- (C) Meu filho, tome banho correndo;
- (D) O ladrão fugiu, sendo detido pouco depois;
- (E) Encontraram o velhinho tossindo em sua cama.

**10**

As frases abaixo pertencem a obras de Machado de Assis e exemplificam frases dubitativas, ou seja, em que o autor parece não dominar a narrativa, mostrando dubiedade.

A frase que DIFERE dessa estrutura é:

- (A) Guiomar tivera humilde nascimento; era filha de um empregado não sei de que repartição do Estado;
- (B) Algum tempo hesitei se devia abrir estas memórias pelo princípio ou pelo fim;
- (C) Digo apenas que o homem mais probo que conheci em minha vida foi um certo Jacó Medeiros ou Jacó Tavares, não me recorda bem o nome;
- (D) Suponho que Virgília ficou um pouco admirada, quando lhe pedi desculpas das lágrimas que derramara naquela triste ocasião;
- (E) Não durou muito a evocação; a realidade dominou logo; o presente expeliu o passado.

**11**

Em todas as opções abaixo são citadas falácias argumentativas, seguidas de um exemplo correspondente. A opção em que o exemplo NÃO exemplifica a falácia anterior é:

- (A) generalização excessiva: “O ouro, o cobre, o ferro, o alumínio, a prata conduzem bem o calor; logo os metais são bons condutores de calor e de eletricidade”;
- (B) estereótipos: “Os ingleses não possuem senso de humor”;
- (C) falácia causa/efeito: “Minha irmã visitou o zoológico no sábado à tarde e à noite teve febre; os zoológicos são locais sem higiene”;
- (D) falsa analogia: “As crianças nas escolas são como animais assustados e é necessário acompanhá-las sempre para que não machuquem umas às outras”;
- (E) ataques pessoais: “O prefeito pretende construir uma nova escola, mas é preciso esperar porque ouvi dizer que ele bate na mulher”.

**12**

Observe o texto abaixo.

“As duas meninas decidiram se encontrar lá, onde a Rua da Liberdade se alarga para formar uma pequena praça. Elas decidiram encontrar-se à uma hora, porque a escola de computação começa às duas horas e porque isso lhes deixaria todo o tempo necessário. E além disso, se elas chegassem atrasadas? E mesmo que fossem expulsas da escola, que importância teria isso?”.

A opção que faz uma correta afirmação sobre o significado ou estruturação do texto acima é:

- (A) o texto mistura o modo descritivo, o modo narrativo e o modo argumentativo;
- (B) o narrador do texto é um personagem da narrativa;
- (C) o texto mostra diferentes pontos de vista;
- (D) a progressão textual da narrativa é feita por meio de marcadores textuais temporais;
- (E) a narração mistura formas pessoais da primeira pessoa com formas da terceira pessoa.

13

Todos os textos abaixo mostram um tipo de raciocínio empregado em textos argumentativos.

A opção em que o tipo de raciocínio está corretamente identificado é:

- (A) Do mesmo modo que aprofundamos o estudo de disciplinas científicas no ensino médio, também devíamos desenvolver a educação artística / raciocínio por analogia;
- (B) A partir dos fatos observados no dia anterior, o pesquisador pôde estabelecer um princípio único de atuação para todo o grupo / raciocínio por dedução;
- (C) Todos os trabalhos apresentados pelos alunos daquela turma eram muito semelhantes e, por isso, o professor decidiu aplicar uma estratégia diferente / raciocínio por indução;
- (D) Reconheço que o juiz teve razão em denunciar o réu, mas daí a desrespeitar o advogado é outra coisa / raciocínio por absurdo;
- (E) A opinião do especialista carecia de fundamento científico, apoiando-se somente em informações vagas e de pouco crédito / raciocínio por concessão.

14

Num texto argumentativo, é frequente a presença de argumentadores lógicos.

A opção em que o exemplo dado tem o valor de seu conector lógico corretamente indicado é:

- (A) Os acidentes de trânsito provocam a morte de muitas pessoas além de trazerem grande prejuízo ao transporte de mercadorias, que fica paralisado por horas / conector lógico que permite a comparação entre dois fatos;
- (B) Os adolescentes abandonam o lar materno quando crescem; do mesmo modo, os pássaros deixam o ninho assim que aprendem a voar / conector lógico que permite acrescentar um argumento novo;
- (C) Os produtos estrangeiros são bem-conceituados no mercado brasileiro; no entanto, alguns produtos nacionais são bem superiores aos estrangeiros / conector lógico que expressa a razão de um fato;
- (D) Ainda que as estradas estejam em mau estado de conservação, as pessoas ainda mantêm o prazer de viajar nas férias / conector lógico que permite mostrar a consequência, o ponto de chegada de uma ideia;
- (E) É muito arriscado que, nas viagens, os turistas contem somente com os cartões de crédito como meios de pagamento, dado que a tecnologia pode trazer surpresas desagradáveis / conector lógico que expressa a razão de um fato.

15

Entre as frases abaixo, aquela que poderia ser publicada em um jornal, por não apresentar problemas formais, é:

- (A) A fiscalização mais cuidadosa dos veículos permite melhorar, por um lado, as estatísticas que indicam alto índice de acidentes;
- (B) A televisão, além de distrair-nos, deveria educar-nos;
- (C) A associação dos policiais militares, que engloba a maior parte do policiamento, consideram que outras autoridades estão fazendo competição desleal;
- (D) A publicidade é um meio ágil de se fazerem conhecer os planos do governo e de que se demonstrem o cumprimento das promessas de campanha;
- (E) O processador de textos está programado para ser utilizado em inglês e em francês, mas não para escrever textos em língua portuguesa.

16

A frase machadiana abaixo em que NÃO estão presentes traços de metalinguagem é:

- (A) Não consulte dicionários. *Casmurro* não está aqui no sentido que eles lhe dão, mas no que lhe pôs o vulgo de homem calado e metido consigo;
- (B) José Dias amava os superlativos. Era um modo de dar feição monumental às ideias; não as havendo, servia a prolongar as frases;
- (C) A mim mesmo perguntei se ela não estaria destinada a passar dos gelos às flores pela ação daquele bacharel Osório... Ponho aqui a reticência que deixei então no meu espírito;
- (D) Melchior passeava de um para outro lado, com um livro nas mãos, algum *Tertuliano* ou *Agostinho*, ou qualquer outro da mesma estatura;
- (E) Ui! Lá me ia a pena escorregar para o enfático. Sejamos simples, como era simples a vida que levei na Tijuca...

17

O humor é um dos traços mais impressionantes do estilo de Machado de Assis.

A frase abaixo em que essa marca está AUSENTE é:

- (A) Viana era um parasita consumado, cujo estômago tinha mais capacidade que preconceitos. Nasceu parasita por direito divino;
- (B) Naquele ano, morria de amores por um certo Xavier, sujeito abastado e tísico – uma pérola;
- (C) Os amigos que me restam são de data recente; todos os antigos foram estudar a geologia dos campos santos;
- (D) D. Cesária está ainda com a morte do cunhado na garganta, mas tudo passa, até os cunhados;
- (E) A rua, por mais que José Dias andasse devagar, parecia fugir-me debaixo dos pés, as casas voavam de um e outro lado.

**18**

O observador de um objeto qualquer pode sofrer limitações em sua tarefa, fazendo com que alguns dados do objeto descrito não sejam fornecidos por algum tipo de impossibilidade.

O texto abaixo, de autoria de Van Gogh, em que há uma referência implícita a uma dessas limitações é:

- (A) O desenho representa mineiros de carvão, homens e mulheres, indo à mina pela manhã sob a neve, num atalho ao longo de uma cerca de espinhos; sombras que passam vagamente discerníveis no crepúsculo...
- (B) Uma velha cidade da Holanda, com fileiras de casas num castanho avermelhado com oitões em escadinha e patamares nas portas, telhados cinza e portas brancas ou amarelas, vãos e cornijas...
- (C) Um pouco mais longe no canal, uma ponte de pedra sobre a qual passam pessoas e uma charrete com cavalos brancos...
- (D) E movimento por toda parte; um homem com um carrinho de mão, um outro apoiado ao parapeito, olhando para a água, mulheres de preto com toucas brancas.
- (E) À direita, um grupo de oliveiras perde-se no azul do céu ao crepúsculo; em segundo plano, colinas com arbustos e duas grandes árvores. No alto, a estrela da tarde.

**19**

Observe o seguinte texto:

“Acabava de comemorar onze meses de vida a filhinha de Frederic Skinner, Débora, quando ele a pôs como tema do noticiário. A imprensa americana falava com indignação da ‘menina encaixotada’, colocada numa espécie de incubadora, fechada por todos os lados, dotada de vidros e totalmente climatizada. Haviam-se graduado de tal modo a temperatura e a umidade do ar, que a pequena Débora não necessitava, fora as fraldas, de roupas de vestir nem de cuidados de nenhum tipo. Havia filtros encarregados de limpar o ar de bactérias e de partículas de pó, e o solo era mantido limpo por meio de um pano sem fim que corria lentamente.

Skinner havia pensado que um dos problemas práticos mais importantes que sugere o cuidado do bebê se apoia simplesmente em tê-lo sempre quente”.

Esse texto, a fim de atrair a atenção do leitor, apela para uma estratégia em sua introdução, que é a de:

- (A) começar por uma afirmação surpreendente, seja um fato ou uma opinião;
- (B) iniciar-se o texto com uma pequena narrativa de interesse;
- (C) propor uma interrogação, que é respondida no decorrer do texto;
- (D) citar um ou vários exemplos, que são devidamente explicados;
- (E) indicar uma possível separação temática em itens distintos.

**20**

Um deputado escreveu para um colega:

“Não adianta comunicar-lhe que esse projeto me trouxe muito sofrimento, porque certamente você também teve os seus... mas, pelo menos, você passa a ter ideia das dificuldades de nossa atividade”.

Esse segmento alude a um problema da língua escrita em relação à comunicação, que consiste no fato de:

- (A) existirem muitas palavras com o mesmo significado;
- (B) a língua não expressar conteúdos afetivos;
- (C) o significado das palavras variar com o tempo;
- (D) os vocábulos não possuírem sinônimos perfeitos;
- (E) as palavras serem universais e os conteúdos, particulares.

**21**

Em todas as frases abaixo há a presença de marcadores textuais, que estabelecem ordem e relações significativas entre as frases.

A opção abaixo em que o marcador textual sublinhado tem sua função corretamente apontada é:

- (A) Com respeito aos motoristas bêbados, as penas devem ser maiores / início de um novo tema;
- (B) Em primeiro lugar, podemos falar das pessoas que estão desempregadas / distinguir elementos do texto;
- (C) Em outras palavras devemos prestar mais atenção em nossos filhos / corrigir um erro;
- (D) Além disso, deve-se também procurar estabelecer bom convívio com os clientes / oposição;
- (E) Entretanto, as coisas não podem resumir-se só a problemas econômicos / explicação.

**22**

Um texto redacional no ambiente legal deve estar presidido pela ordem, clareza e brevidade, e, ao mesmo tempo, guiado pela intenção comunicativa do redator. Por isso, temos sempre que pensar no interesse e na reação do leitor.

Abaixo estão várias estratégias empregadas para a atração do leitor; a estratégia abaixo que NÃO ajuda nessa finalidade é:

- (A) os dados devem ser apresentados em cifras concretas, em porcentagens corretas;
- (B) as referências devem estar claramente definidas, evitando-se informações subliminares;
- (C) informações devem ser utilizadas com credibilidade apoiada;
- (D) deve-se ordenar adequadamente a frase, deixando-se as partes mais importantes para o final;
- (E) a intercessão de termos adjuntos na ordem direta das frases deve ser reduzida.

**23**

Todas as opções abaixo mostram definições; entre elas, aquela que mostra caráter objetivo, e não criativo, é:

- (A) habilidade é sentir com os menos e falar com os mais;
- (B) harém é um conjunto de mulheres que praticam a monogamia com o mesmo sujeito;
- (C) a mentira é a religião dos escravos e dos senhores;
- (D) paciência é a capacidade de aturar incômodos, dificuldades etc. sem perder a calma;
- (E) a mentira é uma verdade que esqueceu de acontecer.

24

Em muitos textos argumentativos aparecem exemplos que os acompanham por ilustração, concretização, precisão etc.

O argumento abaixo que mostra um exemplo cujo tipo está corretamente indicado é:

- (A) A indústria agroalimentar necessita de uma fiscalização rigorosíssima, bastando lembrar-nos da epidemia da vaca louca para que façamos mais atenção / exemplo de uma citação como autoridade;
- (B) Muitas vezes autor e personagem têm pouco em comum, como mostra o caso de Charles Chaplin / exemplo literário, que mostra uma obra literária como comprovação;
- (C) Em algumas viagens, dependendo do lugar para onde vamos, devemos ter cuidado com as nossas coisas; eu mesma fui roubada no aeroporto de Madri / exemplo de uma experiência pessoal;
- (D) Guarde dinheiro para a velhice, pois, como diz o ditado popular, o amanhã está mais perto do que pensamos / exemplo por um fato real;
- (E) A gravação de algumas cenas de novela traz sofrimentos para atores e atrizes; podemos imaginar o que sofre um personagem na gravação de uma surra que leva / exemplo histórico, em que um fato ensina para o futuro.

25

Mistura dos discursos direto e indireto, o discurso indireto livre é um recurso narrativo que permite que aflorem a fala e as reflexões dos personagens entre as palavras do discurso do narrador, como ocorre no seguinte trecho machadiano:

- (A) A verdade é que minha mãe era cândida como a primeira aurora, anterior ao primeiro pecado;
- (B) Eu deixei-me estar a ver os olhos de Virgília, a namorar-lhe a boca, fresca como a madrugada, e insaciável como a morte;
- (C) Helena fez-se lépida e viva, como as andorinhas que antes, e ainda agora, esvoaçam por cima das árvores e por cima da grama;
- (D) Tínhamos chegado à janela; um preto, que, desde algum tempo, vinha apregoando cocadas, parou em frente e perguntou: – Sinhazinha, quer cocada hoje?;
- (E) Viu o imenso espaço que aquele amor lhe tomara na vida, e a terrível influência que poderia exercer nela, caso não achasse forças para resistir à separação. Qual seria o meio de escapar a esse desenlace, pior que tudo?.

## Legislação Interna

26

João, servidor do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ocupante de cargo de provimento efetivo, teve conhecimento de que Pedro, servidor ocupante de cargo comissionado na mesma estrutura de poder, teria desempenhado suas funções com o objetivo de satisfazer um interesse pessoal, em detrimento do interesse público.

Nesse caso, à luz do Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que se espera de João que:

- (A) aplique, em caráter reservado, uma advertência moral a Pedro;
- (B) dê ciência da conduta de Pedro à autoridade superior competente;
- (C) admoeste Pedro para que não volte a praticar condutas dessa natureza;
- (D) não adote nenhuma medida, pois a conduta de Pedro não viola o Código de Ética;
- (E) não adote nenhuma medida, considerando o dever ético de não delatar condutas alheias.

27

Foi apresentada uma notícia, à Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina, apontando a possível prática de ilícito funcional por Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário.

Nesse caso, para que a Corregedoria-Geral proceda à investigação da autoria e da materialidade da suposta prática do ilícito, é correto afirmar que deve ser:

- (A) instaurada sindicância;
- (B) instaurada correição extraordinária;
- (C) requisitada a instauração de inquérito policial;
- (D) instaurado processo administrativo disciplinar;
- (E) repassada a notícia à Procuradoria-Geral de Justiça.

28

Em determinado processo submetido à apreciação do Conselho da Magistratura, um de seus membros, por ocasião do julgamento, detectou a possibilidade de que a interpretação do direito viesse a acarretar divergência entre os órgãos delegante e delegado.

Em situações dessa natureza, à luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que a referida divergência:

- (A) não ocorrerá, pois a atividade do Conselho da Magistratura é meramente consultiva;
- (B) pode ser prevenida com a solicitação de pronunciamento prévio do Órgão Especial;
- (C) é da essência da atividade judicante, podendo ser superada com a apreciação de embargos de divergência;
- (D) deve ser superada com a ampliação do debate, possibilitando que os demais integrantes do Tribunal declinem o seu posicionamento;
- (E) será superada no plano recursal, considerando que as decisões do Conselho da Magistratura são passíveis de recurso para o Órgão Especial.

**29**

Após regular processo administrativo disciplinar, o Juiz de Direito competente aplicou a sanção disciplinar pertinente a Inácio, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Irresignado com a sanção que sofrera, Inácio decidiu que o melhor a fazer seria recorrer da referida decisão.

Nesse caso, à luz da Lei Complementar nº 639/2105, é correto afirmar que:

- (A) a decisão é irrecorrível;
- (B) é cabível recurso ao Diretor do Foro;
- (C) é cabível recurso ao Conselho da Magistratura;
- (D) é cabível recurso ao Corregedor-Geral da Justiça;
- (E) é cabível recurso ao Presidente do Tribunal de Justiça.

**30**

Ana, servidora do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, foi incumbida de analisar a tramitação regimental de:

- (I) uma apelação criminal;
- (II) uma apelação cível;
- (III) um agravo de instrumento.

Após analisar o Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em relação à necessidade, ou não, de os referidos recursos contarem com revisor, concluiu corretamente que:

- (A) apenas o feito I deve contar com revisor;
- (B) apenas o feito II deve contar com revisor;
- (C) apenas os feitos I e II devem contar com revisor;
- (D) apenas os feitos II e III devem contar com revisor;
- (E) os feitos I, II e III devem contar com revisor.

**31**

Maria ocupava o cargo de provimento efetivo de simbologia X, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Após regular aprovação em concurso público, tomou posse no cargo de provimento efetivo de simbologia Y, que se encontrava vago em razão da demissão de Pedro.

Como a demissão de Pedro veio a ser anulada pelo Poder Judiciário, fazendo com que ele retornasse ao exercício regular de suas funções, Maria será:

- (A) demitida;
- (B) posta em disponibilidade;
- (C) reintegrada ao cargo de origem;
- (D) reconduzida ao cargo de origem;
- (E) redistribuída a outra estrutura de poder.

**32**

O desembargador X, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, almejava integrar um órgão responsável por desenvolver estudos, elaborar pareceres e executar as atribuições que lhe são conferidas.

Considerando os balizamentos estabelecidos no Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, é correto afirmar que os integrantes de órgão dessa natureza são:

- (A) designados pelo presidente do Tribunal de Justiça, *ad referendum* do Conselho da Magistratura;
- (B) eleitos pelo Tribunal Pleno, em se tratando de órgão permanente, e designados pelo presidente do Tribunal de Justiça, no caso de órgão temporário;
- (C) designados mediante portaria do presidente do Tribunal de Justiça, ressalvado o direito de recusa em três designações consecutivas ou cinco alternadas;
- (D) eleitos pelo Órgão Especial, salvo disposição legal diversa, e designados pelo presidente do Tribunal de Justiça, facultada a indicação e posterior homologação dos nomes;
- (E) titularizados pelos desembargadores mais antigos em cada órgão fracionário, sendo eventualmente substituídos por agente designado pelo presidente do Tribunal de Justiça.

**33**

João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no estado de Santa Catarina, foi promovido. Com isso, Maria, também ocupante de cargo de provimento efetivo e que almejava ser promovida, veio a ser preterida. Cerca de dois meses depois, a Administração Pública constatou, de ofício, que João, embora não tenha praticado nenhum ato ilícito, foi indevidamente promovido, enquanto Maria deixou de ser promovida, embora preenchesse os requisitos exigidos. Por tal razão, foi desfeita a promoção de João e realizada a promoção de Maria.

Considerando os balizamentos estabelecidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Santa Catarina (Lei Estadual nº 6.745/1985 e suas alterações), é correto afirmar que:

- (A) João deve restituir o que a mais tenha recebido;
- (B) João será posto em disponibilidade, até que vague um cargo que possa ocupar;
- (C) Maria deve ser indenizada da diferença de remuneração a que tenha direito;
- (D) João deve transferir a Maria, pelo sistema de compensação administrativa, os valores que recebeu indevidamente;
- (E) João não deve restituir o que a mais tenha recebido, e Maria não fará jus a indenização pela função que não exerceu.



**34**

Após a prática de todos os atos necessários, foi ultimado o concurso para o provimento de cargos de servidor do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Maria, servidora dessa estrutura de poder, foi encarregada de encaminhar o respectivo processo administrativo à autoridade ou ao órgão competente para a sua homologação.

Ao consultar o Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Maria concluiu corretamente que a homologação fica a cargo do:

- (A) corregedor-geral da Justiça;
- (B) presidente do Tribunal de Justiça;
- (C) Órgão Especial do Tribunal de Justiça;
- (D) Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça;
- (E) Primeiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

**35**

Maria, servidora ocupante de cargo em comissão no âmbito do estado de Santa Catarina, em razão do reajuste do aluguel do imóvel em que residia, faltou a dois dias consecutivos de trabalho para promover a sua mudança para imóvel diverso.

Ao consultar o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina em relação às consequências dessas faltas, Maria concluiu corretamente que:

- (A) não pode justificar a falta para qualquer efeito;
- (B) deve apenas justificar a falta, colocando-se à disposição para compensar as horas de trabalho em outros dias;
- (C) tem o direito subjetivo a até dez abonos anuais, em razão de faltas para tratar de assuntos de interesse particular;
- (D) somente pode justificar a falta caso tenha comunicado previamente o seu superior hierárquico da ausência;
- (E) pode ter a falta abonada, o que não configura direito subjetivo, mas faculdade do seu superior hierárquico.

**36**

Pedro, recém-empossado Oficial de Justiça no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, foi lotado na comarca Alfa, na qual existiam três órgãos jurisdicionais.

Ao analisar o âmbito territorial de sua atuação, Pedro concluiu corretamente, à luz do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que:

- (A) os oficiais de justiça devem exercer suas atribuições sobre a integralidade do território de Alfa;
- (B) o diretor do foro tem competência para dividir o território de Alfa em zonas geográficas de atuação;
- (C) os juízes de cada um dos três órgãos jurisdicionais irão definir a zona de atuação geográfica dos respectivos oficiais de justiça;
- (D) o presidente do Tribunal, ao expedir o seu ato de lotação, definiu se ele iria atuar em todo o território de Alfa ou em uma zona geográfica específica;
- (E) cabe a Pedro e aos demais oficiais de justiça estabelecerem, por mútuo consentimento, a divisão geográfica do território de Alfa, de modo a definir a área de atuação de cada qual.

**37**

João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no estado de Santa Catarina, foi denunciado, pelo Ministério Público, pela prática de crime funcional.

Assim que tomou conhecimento do caso, ocasião em que a denúncia já tinha sido recebida pelo juízo competente, o superior hierárquico de João concluiu corretamente, à luz do Estatuto dos Servidores Públicos Civis, que João:

- (A) ficará afastado do exercício regular de suas funções, por determinação estatutária, até decisão final transitada em julgado;
- (B) poderá ser afastado do exercício regular de suas funções, considerando o juízo de valor do seu superior hierárquico, até a decisão final transitada em julgado;
- (C) será afastado do exercício regular de suas funções caso sobrevenha sentença condenatória recorrível, o que permanecerá inalterado até o trânsito em julgado;
- (D) passará a integrar quadro especial, exercendo funções específicas, considerando a natureza da infração penal que lhe é imputada, até decisão final transitada em julgado;
- (E) permanecerá no exercício regular de suas funções, em razão do princípio da presunção de inocência, até que sobrevenha eventual sentença condenatória transitada em julgado.

**38**

No âmbito de uma das câmaras do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, foi identificada a ausência do procurador de justiça que atuaria no julgamento dos processos daquele dia. Conforme notícias informais, a ausência decorria de um acidente automobilístico ocorrido com o referido membro do Ministério Público por ocasião do deslocamento para o Tribunal.

Nessa situação, à luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- (A) deve-se proceder ao julgamento dos processos de interesse do Ministério Público;
- (B) pode ser solicitada a participação de qualquer outro procurador de justiça;
- (C) devem ser retirados de pauta os processos em que o Ministério Público atue;
- (D) deve-se proceder à intimação do procurador-geral de justiça, para que supra a ausência de imediato;
- (E) deve ser designado advogado para desempenhar as funções do Ministério Público em caráter *ad hoc*.

**39**

Em determinada relação processual apreciada por turma recursal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, constatou-se a existência de divergência entre o acórdão prolatado pelo referido órgão e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em julgamento de recurso especial repetitivo.

À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, na situação descrita, a parte interessada, especificamente no âmbito do próprio Tribunal de Justiça:

- (A) pode ingressar com reclamação;
- (B) não pode adotar nenhuma medida;
- (C) pode ingressar com correção parcial;
- (D) somente pode impetrar mandado de segurança;
- (E) pode ingressar com incidente de assunção de competência.

**40**

No âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, foi identificado que o órgão X apresentava carência de cargos de provimento efetivo, enquanto o órgão Y tinha cargos de provimento efetivo em quantidade superior à necessária.

Ao constatar esse quadro, a autoridade responsável pela realização de estudos, visando ao redimensionamento das estruturas administrativas, concluiu corretamente, à luz do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Santa Catarina, que é:

- (A) admitido o deslocamento motivado de cargo de provimento efetivo, ocupado, ou não, do órgão X para o órgão Y;
- (B) vedado o deslocamento administrativo de cargo de provimento efetivo entre os órgãos X e Y, salvo determinação legal;
- (C) admitida a redistribuição administrativa de cargo de provimento efetivo, desde que esteja vago, do órgão X para o órgão Y;
- (D) possível, a partir de autorização legal, a redistribuição de cargo de provimento efetivo entre os órgãos X e Y, desde que haja aquiescência do eventual ocupante;
- (E) permitida a realocação administrativa de caráter orgânico, condicionada à apreciação do órgão central de pessoal, desde que o cargo esteja vago ou haja aquiescência do ocupante.

## Conhecimentos Específicos

**41**

João e Maria pleitearam, junto ao órgão administrativo competente, autorização para a realização de determinada atividade, que é ato administrativo discricionário.

A autorização pleiteada por João foi indeferida de plano, mediante pormenorizada motivação, enquanto aquela pleiteada por Maria está pendente de apreciação há mais de seis meses.

Considerando que ambos visam a buscar o controle jurisdicional acerca das situações por eles enfrentadas, é correto afirmar que:

- (A) em ambos os casos, cabe ao Poder Judiciário deferir os mencionados atos administrativos discricionários, substituindo, assim, a vontade da Administração;
- (B) em nenhum dos casos caberia o controle pelo Poder Judiciário, considerando que os atos discricionários não são passíveis de tal controle;
- (C) apenas a situação de João seria passível de controle pelo Poder Judiciário, considerando que somente nessa hipótese houve o pronunciamento da Administração;
- (D) no caso de Maria, a omissão administrativa é passível de controle por caracterizar abuso de poder, mas o Judiciário não pode deferir o ato em si, em razão de ele ser discricionário;
- (E) no caso de João, a motivação não pode ser objeto de controle pelo Judiciário, ainda que os motivos nela apontados sejam falsos, inexistentes ou inidôneos para a realização do ato.

**42**

Ao estudar o tópico atinente aos bens públicos, previsto no conteúdo programático do concurso público para o qual estava se preparando, Marilene observou que, de acordo com o respectivo regime jurídico, tais bens são:

- (A) impenhoráveis, imprescritíveis e inalienáveis quando dominicais;
- (B) impenhoráveis, prescritíveis e inalienáveis quando afetados;
- (C) penhoráveis, imprescritíveis e passíveis de alienação quando dominicais;
- (D) impenhoráveis, imprescritíveis e passíveis de alienação quando dominicais;
- (E) penhoráveis, prescritíveis e inalienáveis quando afetados.

**43**

Antes do advento da Lei nº 14.230/2021, Diogo e Bárbara, enquanto agentes públicos, praticaram condutas que estavam elencadas no rol dos atos de improbidade administrativa.

No prazo legal, o Ministério Público ajuizou em desfavor de Diogo a respectiva ação de improbidade por ato que atenta contra os princípios da Administração Pública, vindo ele a ser condenado com base em inciso que foi revogado pelo novel diploma, sendo certo que o trânsito em julgado ocorreu antes da alteração legislativa, que foi promovida no momento da execução da pena.

Com relação a Bárbara, também no prazo legal, foi ajuizada a ação de improbidade, buscando a responsabilização por ato de improbidade que importou em lesão ao erário, na modalidade culposa, sendo certo que, quando da modificação legal, o processo ainda não havia sido sentenciado.

Considerando as situações hipotéticas descritas e a orientação do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar que:

- (A) as alterações promovidas pela nova lei não deveriam repercutir em nenhum dos casos, diante do princípio da irretroatividade das leis;
- (B) as alterações promovidas pela nova lei deveriam repercutir na situação de Bárbara, considerando que o novel diploma não mais prevê a conduta culposa para o ato de improbidade a ela imputado, cujo processo ainda não foi sentenciado;
- (C) as alterações promovidas pela nova lei deveriam repercutir em ambos os casos, em decorrência do tratamento mais benéfico aos réus em tais circunstâncias;
- (D) as alterações promovidas pela nova lei não poderiam repercutir na situação de Diogo, pois, apesar da mencionada revogação, o respectivo rol das condutas ímprobadas permanece exemplificativo;
- (E) as alterações promovidas pela nova lei deveriam repercutir em ambas as hipóteses, considerando a aplicabilidade imediata da lei aos processos em curso, ressalvando-se, apenas, as questões atinentes à prescrição, que são irretroativas.

**44**

Diante do arcabouço constitucional delimitado para os agentes públicos, notadamente com relação aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, para o qual está prevista a garantia da estabilidade, é correto afirmar que:

- (A) é possível a investidura em tal cargo sem a realização de concurso público;
- (B) é cabível a majoração da remuneração dos cargos em questão por meio de Decreto;
- (C) é indispensável que as atribuições de tais cargos sejam relacionadas às funções de direção, chefia e assessoramento;
- (D) é vedada a acumulação de tal cargo com atribuição administrativa e burocrática com emprego público em semelhante área de atuação;
- (E) é viável a aquisição da garantia da estabilidade, consagrada para tal cargo, sem a realização de avaliação especial de desempenho realizada por comissão instituída para essa finalidade.

**45**

Suponha que, em decorrência de uma operação policial, tenha ocorrido a morte por disparo de arma de fogo de um civil desarmado dentro de sua residência, não sendo, contudo, possível identificar se o projétil que atingiu a vítima foi disparado por agente estatal.

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em tais circunstâncias, é correto afirmar que:

- (A) a impossibilidade de identificação da origem do projétil em questão, por si só, é suficiente para romper o nexo de causalidade e, consequentemente, afastar o dever de indenizar do Estado em tais circunstâncias;
- (B) a aludida ação estatal importa na aplicação da teoria do risco integral que afasta a possibilidade de reconhecimento das hipóteses interruptivas do nexo de causalidade;
- (C) eventuais danos decorrentes da ação em questão não podem ensejar a sua responsabilização civil, por se tratar do exercício de atividade estatal típica, que não pode caracterizar o dever de indenizar;
- (D) a responsabilização do Estado em tais circunstâncias é subjetiva, de modo que deve restar comprovada a culpa ou dolo do agente estatal na aludida empreitada para a caracterização do dever de indenizar;
- (E) comprovado o confronto armado entre agentes estatais e criminosos, bem como a lesão ou morte de cidadão por disparo de arma de fogo, cabe ao Estado comprovar a ocorrência de hipóteses interruptivas da relação de causalidade, independentemente da origem do projétil.

**46**

Dentre as disposições sobre a segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do Direito Público introduzidas no Decreto-Lei nº 4.657/42 pela Lei nº 13.555/2018, é correto destacar que:

- (A) as autoridades competentes não poderão editar súmulas administrativas com caráter vinculante, para fins de aumentar a segurança jurídica, tampouco regulamentos e respostas a consultas para tal finalidade;
- (B) os atos normativos, especialmente aqueles voltados para a organização interna da Administração Pública, deverão ser precedidos de consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, assim como os demais atos que tenham tal natureza;
- (C) a decisão do processo na esfera administrativa não poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos;
- (D) a revisão na esfera administrativa quanto à validade de ato, cuja produção já houver se completado, deve considerar a mudança de orientação geral, devendo aplicar a nova orientação para invalidar situações plenamente constituídas;
- (E) a decisão administrativa que imponha nova orientação sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever, deve prever regime de transição quando indispensável para que tal novo dever seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente, sem prejuízo dos interesses gerais.

47

Após praticar conduta que configura ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, a sociedade Esperta tomou conhecimento de que poderia sofrer sanções em âmbito administrativo e judicial, sendo correto citar como exemplo de penalidade, em cada uma das mencionadas esferas, respectivamente:

- (A) o perdimento de bens e a dissolução compulsória da sociedade;
- (B) a suspensão ou interdição parcial de suas atividades e o perdimento de bens;
- (C) a publicação extraordinária da decisão condenatória e a dissolução compulsória da sociedade;
- (D) a dissolução compulsória da sociedade e a proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público;
- (E) a proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público e a multa.

48

O governador do estado Alfa, conforme dispunha o Regime Jurídico dos Servidores Públicos, aplicou ao servidor João, ocupante de cargo de provimento efetivo, a sanção de demissão. Como João entendia que a decisão afrontava a ordem constitucional, pois, a seu ver, não teria tido acesso à parte da prova produzida em seu desfavor, decidiu impetrar mandado de segurança perante o Tribunal de Justiça do Estado Alfa, o qual foi denegado, sendo exauridos os recursos cabíveis no âmbito dessa estrutura de poder.

Nessa situação, é correto afirmar que:

- (A) não é possível a interposição de recurso para outra instância;
- (B) é cabível a interposição de recurso ordinário a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- (C) é cabível a interposição de recurso ordinário a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- (D) somente é cabível a impetração de mandado de segurança no âmbito do próprio Tribunal de Justiça;
- (E) é cabível a interposição de recurso extraordinário a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

49

Após grande mobilização popular, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), no âmbito da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apurar desvio de recursos públicos alegadamente praticados pelos dirigentes de uma empresa pública federal. No próprio ato de constituição, foi informado que a CPI teria poderes de investigação “próprios das autoridades judiciais”. Na primeira reunião da CPI, o deputado federal João propôs que fosse determinada a intercepção das comunicações telefônicas dos dirigentes da empresa pública federal; a deputada federal Maria defendeu que, como medida inicial, deveria ser decretada a quebra do sigilo telefônico desses agentes; e, por fim, a deputada federal Joana sustentou que o Procurador-Geral da República deveria ser convocado com o objetivo de explicar as medidas adotadas para coibir os desvios que a CPI estava apurando.

Ao fim dos debates, concluiu-se corretamente, em relação à conformidade constitucional das medidas propostas por João, Maria e Joana, que:

- (A) todas podem ser adotadas;
- (B) somente pode ser adotada a medida proposta por Maria;
- (C) somente pode ser adotada a medida proposta por Joana;
- (D) somente podem ser adotadas as medidas propostas por Maria e Joana;
- (E) somente podem ser adotadas as medidas propostas por João e Joana.

50

A Lei X, editada pelo estado Alfa, no exercício da competência legislativa concorrente, proibiu a comercialização, no território estadual, de determinado produto comprovadamente nocivo à saúde humana. Ocorre que, ao ser editada a Lei X, encontrava-se em pleno vigor a Lei Y, editada pela União uma década antes, que estabelecia as diretrizes básicas para a comercialização do referido produto no território nacional.

A disparidade entre as Leis X e Y gerou grande debate entre organizações da sociedade civil, que almejavam a cessação da comercialização do produto no território do estado Alfa, e a associação representativa dos respectivos produtores, que defendia a continuidade da comercialização.

Considerando os distintos aspectos dessa narrativa, é correto afirmar que:

- (A) a Lei X deve ter sua eficácia suspensa até que seja revogada ou declarada inconstitucional a Lei Y;
- (B) apesar de não observar o balizamento oferecido pelas normas gerais editadas pela União, a Lei X pode ser aplicada caso se reconheça a inconstitucionalidade da Lei Y;
- (C) a dissonância entre as Leis X e Y indica que aquela invadiu competência legislativa própria da União; logo, ainda que esta última seja materialmente inconstitucional, a Lei X não pode ser aplicada;
- (D) na competência legislativa concorrente, a competência estadual, no caso de preexistência de lei da União, é criada por esta última; logo, ao afrontá-la, a Lei X sequer ultrapassou o plano da existência; portanto, não pode ser aplicada;
- (E) a Lei Y deve produzir ou deixar de produzir efeitos em todo o território nacional; logo, romperia com a isonomia admitir que deixasse de ser aplicada no território de Alfa, por ser materialmente inconstitucional, aplicando-se a Lei X.

**51**

Determinado ente da Administração Pública indireta da União promoveu a admissão de pessoal, com estrita observância dos requisitos estabelecidos pela ordem jurídica.

Por tal razão, foram admitidos:

- I - os aprovados em concurso público de provas e títulos;
- II - os contratados por prazo determinado;
- III - os designados para cargos em comissão.

Ato contínuo, o presidente do referido ente questionou sua assessoria em relação à necessidade, ou não, de as referidas admissões de pessoal serem apreciadas pelo Tribunal de Contas para fim de registro.

Foi corretamente esclarecido ao presidente que a apreciação:

- (A) é necessária em relação a todas as admissões de pessoal;
- (B) somente é necessária em relação às admissões de pessoal descritas em I;
- (C) somente é necessária em relação às admissões de pessoal descritas em III;
- (D) somente é necessária em relação às admissões de pessoal descritas em I e II;
- (E) somente é necessária em relação às admissões de pessoal descritas em II e III.

**52**

O município Alfa contava com uma limitada rede de atendimento à saúde da população. Em determinado momento histórico, identificou-se uma visível queda da qualidade do atendimento do Hospital Beta, que, embora fosse privado, cobrava preços populares. Por tal razão, iniciou-se um movimento, entre os poderes constituídos, visando a contemplar, com recursos públicos, esse nosocômio, único da cidade que não era administrado pela Administração Pública.

Ao consultarem um especialista na matéria, foi corretamente esclarecido aos idealizadores do movimento que:

- (A) não é possível a destinação de recursos públicos a Beta, qualquer que seja a sua natureza;
- (B) somente é possível a destinação de recursos públicos a Beta sob a forma de auxílios, não de subvenções;
- (C) somente é possível a destinação de recursos públicos a Beta sob a forma de subvenções, não de auxílios;
- (D) é possível a destinação de recursos públicos a Beta, o que decorre do fato de praticar preços populares;
- (E) é possível a destinação de recursos públicos a Beta, o que decorre do fato de ser o único hospital privado da cidade.

**53**

João, deputado estadual, filiado ao partido político Alfa, foi condenado pela prática de ato de improbidade administrativa em sentença transitada em julgado, tendo sofrido a sanção de suspensão dos direitos políticos. Ao tomar conhecimento dessa condenação, o diretório estadual do partido político Alfa consultou sua assessoria em relação aos seus efeitos sobre o mandato eletivo de João.

Foi corretamente respondido ao diretório estadual que:

- (A) cabe ao Tribunal de Justiça decidir, em caráter definitivo, em relação à perda do mandato de João;
- (B) a perda do mandato de João será declarada pela Mesa da Assembleia Legislativa, assegurada ampla defesa;
- (C) a perda do mandato de João será decidida pela Mesa da Assembleia Legislativa, por maioria absoluta, assegurada ampla defesa;
- (D) a perda do mandato de João, enquanto efeito da condenação, é uma medida autoexecutória, o que permite a imediata posse do suplente;
- (E) a ordem constitucional proscreveu a sistemática das penas acessórias; logo, a perda do mandato de João somente será decretada se houver previsão expressa na sentença.

**54**

Em razão de uma grave agitação popular de repercussão nacional, o presidente da República recebeu, de um assessor, a sugestão de que fosse adotada uma medida em defesa do Estado e das instituições democráticas, medida esta cuja execução seria acompanhada por uma comissão designada pela Mesa do Congresso Nacional.

A medida alvitrada, na perspectiva constitucional, é:

- (A) o estado de sítio;
- (B) o estado de defesa;
- (C) a intervenção federal;
- (D) o estado de necessidade constitucional;
- (E) a operação de garantia da lei e da ordem.

55

Marisa celebra contrato de locação residencial de imóvel de sua propriedade. Falece em 2019; os inquilinos são avisados e permanecem no imóvel, passando a pagar ao herdeiro Luiz. Em 2020, os locatários tornam-se inadimplentes. Luiz, então, ajuíza ação de cobrança. Em contestação, os réus alegam a ilegitimidade de Luiz, seja porque não é o locador, seja porque há outros três herdeiros de Marisa.

Nesse caso, é correto afirmar, exclusivamente à luz do direito civil, que:

- (A) não assiste razão aos réus;
- (B) assiste razão aos réus, uma vez que, por força da Lei nº 8.245/1991, com a morte do locador na locação residencial, sub-roga-se em seus direitos e obrigações o espólio, em vez dos herdeiros;
- (C) assiste parcial razão aos réus, uma vez que, havendo vários herdeiros, todos se sub-rogam nos direitos e obrigações do devedor original, mas cada qual só pode cobrar sua cota parte;
- (D) não assiste razão aos réus; mesmo assim, Luiz, ao receber, deverá lhes dar caução de ratificação quanto aos outros credores;
- (E) assiste, a princípio, razão aos réus, uma vez que a Lei nº 8.245/1991 nada dispõe acerca da sucessão contratual; no entanto, quando aceitaram pagar diretamente a Luiz, ocorreu a novação do negócio jurídico.

56

O Condomínio do Edifício Viver Feliz constituiu servidão de passagem em favor do Condomínio Mundo Animal pelo prazo de vinte anos mediante o pagamento de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Ocorre que os condôminos do prédio dominante utilizam a servidão para passear com seus cachorrinhos, o que, além de trazer mau cheiro ao local, propiciou alguns acidentes, inclusive um ataque de um cão.

Por isso, o Edifício Viver Feliz deseja extinguir a servidão, o que é impugnado pelo Condomínio Mundo Animal.

Nesse caso, à luz da disciplina legal das servidões:

- (A) é possível o cancelamento judicial da servidão, devolvendo-se proporcionalmente o preço pago para instituí-la;
- (B) é possível o cancelamento judicial da servidão, ocasionando a perda, por justa causa, do preço pago para instituí-la;
- (C) não é possível a extinção da servidão, nem o exercício de pretensão indenizatória a esse título, porque são características essenciais dos direitos reais o uso, gozo e a fruição plenos;
- (D) não é possível a extinção da servidão, mas apenas seu resgate judicial, mesmo sem acordo;
- (E) não é possível a extinção da servidão, apenas a regulação de seu uso, até judicialmente, com eficácia obrigacional (não real).

57

Cabecel fica órfão aos 16 anos e Camorienté é nomeada sua tutora. Um ano depois, com seu primeiro salário no cargo de oficial de justiça no Tribunal de Justiça de Santa, compra um anel valiosíssimo, toma coragem e pede em casamento Camorienté, por quem sempre fora apaixonado.

Nesse caso:

- (A) não há causa impeditiva ou suspensiva do casamento;
- (B) há impedimento ao casamento, que pode ser suscitado por qualquer interessado;
- (C) há causa suspensiva do casamento, que pode ser suscitada por qualquer interessado;
- (D) há causa impeditiva do casamento, que pode ser suscitada por qualquer interessado, inclusive a prima invejosa da Camorienté e que só pode ser arguida pelos parentes em linha reta de um dos nubentes, sejam consanguíneos ou afins, e pelos colaterais em segundo grau, sejam também consanguíneos ou afins.
- (E) há causa suspensiva do casamento, que pode ser suscitada por qualquer interessado, inclusive a prima invejosa da Camorienté; que só pode ser arguida pelos parentes em linha reta de um dos nubentes, sejam consanguíneos ou afins, e pelos colaterais em segundo grau, sejam também consanguíneos ou afins.

58

Lindeira era casada com Pignoraticó há vinte anos, quando, depois de uma briga, ele abandonou o lar, deixando-a com o filho do casal, Juninho. Quatro anos depois, como nunca mais tivera notícia de seu marido, pretende a usucapião do imóvel que dividia com o Pignoraticó, do qual ambos eram proprietários e que media 100 m<sup>2</sup>.

Nesse caso, é correto afirmar que Lindeira, que permaneceu todos esses anos ininterruptamente no imóvel:

- (A) poderá usucapir o domínio integral, desde que não seja proprietária de outro bem imóvel;
- (B) ainda não completou o prazo quinquenal de usucapião, o qual, contudo, poderá ser atingido no curso da demanda;
- (C) não poderá usucapir o domínio integral, porque, como ainda está formalmente casada, embora já tenha transcorrido o prazo de dois anos aplicável, não corre a prescrição aquisitiva contra Pignoraticó;
- (D) poderá usucapir o domínio integral, mesmo que seja proprietária de outro bem imóvel;
- (E) ainda não completou o prazo decenal de usucapião, o qual, contudo, poderá ser atingido no curso da demanda.

59

O Juízo da Primeira Vara Cível da Comarca X proferiu, corretamente, a seguinte sentença: “Diante do exposto, considerada a ausência de outorga uxória, DECLARO nulo o aval dado ao título de fls. xxx”.

Nesse caso, o título citado só pode se referir a:

- (A) cédula de crédito rural;
- (B) cheque;
- (C) nota promissória;
- (D) duplicata;
- (E) título atípico ou inominado.

**60**

Escritul comprou o mais arrojado carro esportivo pelo valor de R\$ 1.000.000,00. Permitiu, então, que seu filho, Dário, com 20 anos, passasse a utilizar o carro para ir à faculdade. Muito interessado em Vênia, este passou a oferecer-lhe carona, sem nada cobrar por isso, embora tivesse intenção de conquistá-la nessas viagens.

Certo dia, após deixarem festa em que ambos, Dário e Vênia, consumiram bebida alcoólica, o rapaz oferece carona, o que é aceito, e passa a se exibir, acelerando o possante veículo. Em certo momento, perde o controle e colide com um poste.

Nesse caso, pelos danos causados a Vênia:

- (A) nem Escritul, nem Dário respondem, por se tratar de transporte de mera cortesia;
- (B) responde apenas Dário, diante de sua culpa grave;
- (C) responde apenas Escritul, por ter emprestado o carro;
- (D) respondem solidariamente Escritul e Dário, mesmo em se tratando de transporte de mera cortesia;
- (E) respondem Escritul e Dário, na medida de sua culpabilidade, mas não solidariamente.

**61**

José, ao ser citado em uma ação de reintegração de posse, apresentou, em uma mesma peça processual, contestação e reconvenção. Argumentou, na contestação, que sua posse é legítima e que não praticara qualquer esbulho possessório. Em reconvenção, pediu a edição de ordem de manutenção de sua posse.

Nesse cenário, é correto afirmar, em relação às respostas apresentadas, que:

- (A) ambas poderão ser conhecidas, uma vez que não precisam mais ser oferecidas em peças separadas;
- (B) a contestação poderá ser conhecida, mas a reconvenção não, por lhe faltar interesse de agir;
- (C) a contestação poderá ser conhecida, mas a reconvenção não, por terem sido veiculadas na mesma peça processual;
- (D) nenhuma delas deverá ser conhecida, uma vez que não cabe defesa em ação possessória;
- (E) nenhuma delas deverá ser conhecida, uma vez que caberia ao réu formular apenas pedido contraposto.

**62**

Os proprietários de duas unidades de um condomínio edilício, concluindo pela existência de uma série de irregularidades ocorridas na assembleia geral extraordinária que fora convocada e realizada, decidiram ajuizar ação em que pleiteavam a invalidação do referido ato.

O litisconsórcio formado no polo ativo da demanda é:

- (A) facultativo e simples;
- (B) facultativo e unitário;
- (C) facultativo e multitudinário;
- (D) necessário e simples;
- (E) necessário e unitário.

**63**

Alexandre ajuizou ação em que perseguia a condenação de Bruno a lhe pagar verbas indenizatórias dos danos emergentes e dos lucros cessantes que afirmou terem ocorrido em razão de ato ilícito que atribuiu ao réu.

Depois de ofertada a peça contestatória e de produzidas as provas pertinentes, o juiz da causa proferiu sentença em que acolhia o pleito autoral referente aos danos emergentes, sem que tivesse apreciado, contudo, a pretensão indenizatória relativa aos lucros cessantes.

Nesse cenário, é correto afirmar que a sentença proferida é:

- (A) válida, pois o juiz não é obrigado a acolher a íntegra do pedido;
- (B) inválida, em razão de julgamento *ultra petita*, cabendo ao tribunal, em recurso de apelação, anulá-la;
- (C) inválida, em razão de julgamento *ultra petita*, cabendo ao tribunal, em recurso de apelação, podar o seu excesso;
- (D) inválida, em razão de julgamento *extra petita*;
- (E) inválida, em razão de julgamento *citra petita*.

**64**

No cumprimento de uma sentença que condenou o devedor a pagar alimentos ao seu filho, não foram encontrados bens passíveis de penhora. Não havendo o cumprimento voluntário da obrigação e não sendo cabível a prisão civil do alimentante, o credor requereu a desconsideração da personalidade jurídica, para que fossem buscados os bens da pessoa jurídica da qual o devedor é sócio. Fundamentou a possibilidade dessa desconsideração pela transferência dos bens pessoais do sócio para a sociedade, no curso do processo de alimentos, a fim de ocultar, de forma fraudulenta, seu patrimônio pessoal e inviabilizar o pagamento dos alimentos pretendidos.

Nesse cenário, é correto afirmar que a desconsideração da personalidade jurídica pretendida:

- (A) não é possível no cumprimento de sentença, mas apenas na fase cognitiva do processo de conhecimento;
- (B) não é possível, pois o incidente deve ser dirigido para atingir os bens do sócio e não os da pessoa jurídica;
- (C) é possível, devendo a pessoa jurídica ser citada para responder ao incidente;
- (D) é possível, desde que seja instaurado em outro processo, com livre distribuição;
- (E) é possível, desde que todos os sócios da pessoa jurídica sejam citados.

**65**

Em uma execução fundada em um título executivo extrajudicial, o devedor foi citado para pagar ou apresentar defesa em 15 dias úteis, contados da juntada aos autos do mandado de citação cumprido. Constatou do mandado, ainda, a incidência de honorários advocatícios de 10% sobre o valor devido em execução.

Nesse sentido, o juiz agiu de forma:

- (A) correta, devendo o executado apresentar a defesa em embargos à execução;
- (B) correta, devendo o executado apresentar a defesa em impugnação à execução;
- (C) incorreta, uma vez que os honorários advocatícios são fixados na sentença do processo executivo;
- (D) incorreta, uma vez que os prazos de defesa e pagamento se contam da data em que se realizou a citação;
- (E) incorreta, uma vez que o prazo para pagamento é de três dias, contados da data em que se realizou a citação.

**66**

Ajuizada ação de cobrança de obrigação contratual, o réu foi citado por hora certa, sem que tivesse apresentado contestação.

Na sequência, o juiz da causa, atentando para a revelia do réu, proferiu sentença em que julgava procedente o pedido.

Nesse quadro, é correto afirmar que o magistrado agiu:

- (A) acertadamente, haja vista a presunção de veracidade que emerge da revelia do réu;
- (B) acertadamente, haja vista a primazia do princípio da solução do mérito;
- (C) equivocadamente, já que o ordenamento processual não prevê a modalidade de citação por hora certa;
- (D) equivocadamente, já que se impunha a prévia abertura de vista dos autos ao órgão da Defensoria Pública para atuar na qualidade de curador especial;
- (E) equivocadamente, já que se impunha a prévia abertura de vista dos autos ao órgão do Ministério Público para atuar na qualidade de curador especial.

**67**

Regularmente intimado da sentença que julgou improcedente o seu pedido, o autor interpôs recurso de apelação, cuja intempestividade foi certificada pela serventia.

Na sequência, o juiz da causa proferiu decisão por meio da qual, baseando-se na certidão da intempestividade da peça recursal, negou-lhe seguimento, obstando à remessa dos autos ao tribunal.

Cinco dias depois de ter sido intimado da decisão que negara seguimento ao seu apelo, o autor, inconformado, ajuizou reclamação no intuito de impugná-la.

É correto afirmar, nesse contexto, que:

- (A) a reclamação não poderá ser conhecida, haja vista a sua inadequação;
- (B) a reclamação não poderá ser conhecida, haja vista a sua intempestividade;
- (C) a reclamação é via processual adequada, embora seja vedado ao seu relator ordenar a suspensão do ato impugnado;
- (D) o beneficiário do ato impugnado deverá ser citado, dispondo do prazo de quinze dias para ofertar contestação;
- (E) a petição inicial da reclamação deverá ser distribuída ao prolator do ato impugnado, a fim de viabilizar o juízo de retratação.

**68**

Tício, chefe de um determinado órgão público, recebe um e-mail anônimo informando que Mévia, servidora pública, estaria rotineiramente deixando a repartição antes do fim do expediente. Em assim sendo, o superior hierárquico convoca Mévia a comparecer em seu gabinete e afirma que terá de abrir uma sindicância administrativa em seu desfavor, visando à apuração dos fatos, salvo se a última com ele mantiver relações sexuais.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, a conduta de Tício caracteriza o crime de:

- (A) violação sexual mediante fraude;
- (B) corrupção de menores;
- (C) estupro de vulnerável;
- (D) assédio sexual;
- (E) sedução.

**69**

Matheus, mediante mais de uma ação, praticou dois crimes diversos, quais sejam, homicídio doloso e ocultação de cadáver. Em assim sendo, após a prolação de decreto condenatório por parte do Conselho de Sentença, o juízo aplicou cumulativamente as penas privativas de liberdade em que o agente incorreu.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Matheus praticou os crimes em:

- (A) continuidade delitiva específica;
- (B) continuidade delitiva genérica;
- (C) concurso formal impróprio;
- (D) concurso formal próprio;
- (E) concurso material.



**70**

Matheus cumpre pena, após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, em razão da prática de determinado crime patrimonial. No curso da execução penal, após conversas com outros apenados, Matheus percebeu que, em breve, teria direito ao livramento condicional, motivo pelo qual passou a se inteirar do assunto.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), é correto afirmar que:

- (A) serão sempre impostas ao liberado condicional as obrigações de não mudar de residência sem comunicação ao juiz e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção; recolher-se à habitação em hora fixada; não frequentar determinados lugares; e utilizar equipamento de monitoração eletrônica;
- (B) poderão ser impostas ao liberado condicional as obrigações de obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável, se for apto para o trabalho; comunicar periodicamente ao juiz sua ocupação; e não mudar do território da comarca do juízo da execução, sem prévia autorização deste;
- (C) se houver a revogação do livramento condicional em razão da prática de infração penal anterior à vigência do benefício, não se computará na pena o tempo em que esteve solto o liberado, e tampouco se concederá, em relação à mesma pena, novo livramento;
- (D) concedido o benefício do livramento condicional, será expedida a carta de livramento com a cópia integral da sentença em duas vias, remetendo-se uma à autoridade administrativa incumbida da execução e outra ao Ministério Público;
- (E) se for permitido ao liberado residir fora da comarca do juízo da execução, remeter-se-á cópia da sentença do livramento ao juízo do lugar para onde ele se houver transferido e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção.

**71**

João foi denunciado pela suposta prática do crime de roubo simples. Após diversas redesignações da audiência de instrução e julgamento, a defesa técnica peticionou nos autos, requerendo o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal pela pena hipotética, com a consequente extinção de punibilidade. O juízo, então, resolveu estudar a matéria antes de proferir qualquer decisão.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal e o entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que o juízo:

- (A) pode, em teoria, reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal pela pena hipotética, desde que haja a concordância do Ministério Público;
- (B) pode, em teoria, reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal pela pena hipotética, independentemente da concordância do Ministério Público;
- (C) não pode reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal pela pena hipotética, modalidade prescricional não admitida pela ordem jurídica pátria;
- (D) não pode reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal pela pena hipotética, em razão da imprescritibilidade do crime de roubo simples;
- (E) não pode reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal pela pena hipotética, em razão do caráter hediondo do crime de roubo simples.

**72**

Após ingerir, voluntariamente, bebidas alcoólicas e substâncias entorpecentes, Tício, com a capacidade psicomotora alterada, se aproxima de Mévio, ocasião em que encosta uma faca nas suas costas e determina que o último entregue todos os pertences. A vítima, assustada, obedece ao comando e, na sequência, Tício foge na posse do telefone celular do ofendido.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Tício:

- (A) não responderá por qualquer crime, em razão da embriaguez completa, que exclui a culpabilidade do agente;
- (B) não responderá por qualquer crime, em razão da embriaguez completa, que exclui a ilicitude da conduta;
- (C) responderá pelo crime de extorsão, qualificado pelo emprego de arma branca;
- (D) responderá pelo crime de extorsão, majorado pelo emprego de arma branca;
- (E) responderá pelo crime de roubo, majorado pelo emprego de arma branca.

**73**

João e Cléber, policiais militares do estado de Santa Catarina, receberam denúncia anônima no sentido de que Tício estaria agredindo a sua companheira. Em assim sendo, os agentes públicos compareceram ao local dos fatos e constataram, *in loco*, a violência perpetrada contra a mulher. Nesse contexto, durante a contenção de Tício, este se opôs à execução do ato afirmando que mataria João caso não fosse solto. Passados trinta minutos, o indivíduo foi acalmado pelos policiais e encaminhado à Delegacia de Polícia.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Tício responderá pelo crime de:

- (A) excesso de exação, além da responsabilização pela infração penal perpetrada contra a sua companheira;
- (B) desobediência, além da responsabilização pela infração penal perpetrada contra a sua companheira;
- (C) tergiversação, além da responsabilização pela infração penal perpetrada contra a sua companheira;
- (D) resistência, além da responsabilização pela infração penal perpetrada contra a sua companheira;
- (E) concussão, além da responsabilização pela infração penal perpetrada contra a sua companheira.

**74**

João, delegado de polícia, foi cientificado sobre a ocorrência, na circunscrição da sua unidade policial, de um crime de latrocínio tentado, perseguível mediante ação penal pública incondicionada. Dessa forma, a autoridade policial, independentemente de qualquer provocação por parte da vítima, deflagrou um inquérito policial visando à apuração dos fatos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que a atuação de João, ao deflagrar a investigação, é uma manifestação da:

- (A) discricionariedade do inquérito policial;
- (B) confidencialidade do inquérito policial;
- (C) indisponibilidade do inquérito policial;
- (D) dispensabilidade do inquérito policial;
- (E) oficiosidade do inquérito policial.

**75**

Lucas, promotor de justiça, responsável por complexa investigação em curso, debateu com colegas do Ministério Público sobre a medida cautelar de captação ambiental, com todos os consectários processuais daí decorrentes.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.296/1996, é correto afirmar que:

- (A) para investigação ou instrução criminal, poderá ser autorizada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes e desde que existam elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais cujas penas máximas sejam iguais ou superiores a quatro anos de reclusão ou em infrações penais conexas;
- (B) a captação ambiental não poderá exceder o prazo de dez dias, renovável por decisão judicial por iguais períodos, se comprovada a indispensabilidade do meio de prova e quando presente atividade criminal permanente, habitual ou continuada;
- (C) a captação ambiental feita por um dos interlocutores sem o prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público poderá ser utilizada, em matéria de acusação ou de defesa, quando demonstrada a integridade da gravação;
- (D) a instalação do dispositivo de captação ambiental poderá ser realizada, quando necessária, por meio de operação policial disfarçada ou no período noturno, inclusive na casa;
- (E) o requerimento deverá descrever circunstanciadamente o local e a forma de instalação do dispositivo de captação ambiental.

**76**

João, que não ostenta qualquer problema de saúde e se encontra preso há um ano, em cumprimento definitivo de pena pela prática do crime de furto qualificado pelo concurso de pessoas, entrou em contato com o seu advogado e este lhe informou que o órgão público competente, nos termos da Lei de Execução Penal, foi instado a emitir parecer sobre um potencial indulto que poderia beneficiar o apenado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), a emissão de parecer sobre indulto, excetuado o pedido com base no estado de saúde do preso, é uma incumbência do:

- (A) Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;
- (B) Departamento Penitenciário;
- (C) Conselho da Comunidade;
- (D) Conselho Penitenciário;
- (E) Patronato.

**77**

Matheus, após a observância do contraditório e da ampla defesa, foi pronunciado pelo juízo competente pela suposta prática do crime de homicídio qualificado. O recurso interposto pela defesa, para questionar a decisão judicial prolatada, foi conhecido, mas desprovido pelo Tribunal de Justiça. Nesse contexto, deflagrada a segunda fase do procedimento bifásico, a defesa técnica requereu a revogação da prisão preventiva do réu, sendo atendida pelo juízo. Irresignada, a acusação ingressou com o recurso cabível na espécie.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é (são) manejável(is) o(s)(a):

- (A) recurso em sentido estrito em detrimento da pronúncia. Por outro lado, é cabível o recurso de apelação em face de decisão judicial que revogar a prisão preventiva;
- (B) apelação em detrimento da pronúncia. Por outro lado, é cabível o recurso em sentido estrito em face de decisão judicial que revogar a prisão preventiva;
- (C) embargos infringentes e de nulidade em face da pronúncia e da decisão judicial que revogar a prisão preventiva;
- (D) recurso em sentido estrito em face da pronúncia e da decisão judicial que revogar a prisão preventiva;
- (E) apelação em face da pronúncia e da decisão judicial que revogar a prisão preventiva.

**78**

Joana, residente e domiciliada no município de Itajaí, foi vítima de um crime de estelionato perpetrado por João, morador do município de Blumenau e proprietário de uma casa de praia na cidade de Balneário Camboriú. A ofendida, em razão do artil empregado pelo autor dos fatos, realizou transferência bancária para uma conta corrente situada em Joinville. Desesperada em razão do prejuízo financeiro suportado, Joana tentou entrar em contato com a instituição bancária que intermediou a operação, sediada em Florianópolis, mas não obteve qualquer êxito no seu intento.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, a competência para o processo e julgamento do feito é do juízo da comarca de:

- (A) Balneário Camboriú;
- (B) Florianópolis;
- (C) Blumenau;
- (D) Joinville;
- (E) Itajaí.

**79**

Caio, investigado pela suposta prática de um crime patrimonial, tomou ciência de que o Ministério Público ofereceu denúncia em seu desfavor, no âmbito da 1ª Vara Criminal da Comarca Alfa, titularizada pelo juiz de direito Lucas, seu desafeto de longa data. Em assim sendo, o denunciado perguntou ao seu advogado se existiria alguma medida processual que poderia ser adotada para tutelar seus interesses, em razão de uma possível parcialidade do magistrado durante o julgamento do feito. Surgiu, assim, um debate entre o patrono e o cliente sobre a exceção de suspeição. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) não aceitando a suspeição, o juiz mandará autuar em apartado a petição, dará sua resposta dentro de três dias, podendo instruí-la e oferecer testemunhas, e, em seguida, determinará que sejam os autos da exceção remetidos, dentro de vinte e quatro horas, ao juiz ou tribunal a quem competir o julgamento;
- (B) quando qualquer das partes pretender recusar o juiz, deverá fazê-lo em petição assinada por ela própria ou por procurador com poderes gerais, aduzindo as suas razões acompanhadas de prova documental e do rol de testemunhas;
- (C) o juiz que espontaneamente afirmar suspeição deverá fazê-lo por escrito ou oralmente, podendo declarar o motivo legal, e remeterá imediatamente o processo ao seu substituto, intimadas as partes;
- (D) quando a parte contrária reconhecer a procedência da arguição, será susgado o processo principal, até que se julgue o incidente da suspeição;
- (E) a arguição de suspeição precederá a qualquer outra, salvo a exceção de incompetência.

**80**

Joana, primária e portadora de bons antecedentes, foi presa em flagrante pela prática do crime de tráfico de drogas, na modalidade privilegiada. Por ocasião da audiência de custódia, o juízo, após requerimento do Ministério Público, converteu a prisão flagrancial em prisão preventiva. Em seguida, encaminhados os autos ao juízo natural, o patrono da investigada peticionou nos autos, requerendo a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, comprovando que Joana é mãe e responsável por uma criança, sem deficiência, que tem cinco anos de idade.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, a prisão preventiva:

- (A) não será substituída por prisão domiciliar, porquanto a pena máxima do crime imputado a Joana ultrapassa quatro anos de reclusão;
- (B) será substituída por prisão domiciliar, admitida a aplicação cumulativa das medidas cautelares de natureza diversa da prisão;
- (C) será substituída por prisão domiciliar, vedada a aplicação cumulativa das medidas cautelares de natureza diversa da prisão;
- (D) não será substituída por prisão domiciliar, porquanto a conduta imputada a Joana caracteriza crime hediondo;
- (E) não será substituída por prisão domiciliar, porquanto o filho de Joana não é pessoa com deficiência.

Realização

